

ASSIS, Orly Zucatto Montovani de. **Estudo sobre a relação entre a solicitação do meio e a formação da estrutura lógica no comportamento da criança.** Campinas, UNICAMP/INEP, 1977. 141 p.

Baseada na teoria piagetiana, cuja questão fundamental é descobrir como o ser humano adquire o conhecimento lógico-matemático, a presente pesquisa trata da possibilidade de acelerar o desenvolvimento intelectual de crianças em idade pré-escolar através de um processo de estimulação desenvolvido na escola.

Inicialmente, a autora apresenta os aspectos fundamentais da teoria que serviu de suporte teórico para o desenvolvimetro dos trabalhos.

Assim, segundo Jean Piaget, o conhecimento lógico-matemático se adquire através de estruturas orgânicas, específicas para o ato de estabelecer relações lógicas necessárias. Essas estruturas têm uma gênese, isto é, "elas não aparecem como um mecanismo pronto e acabado em uma determinada fase da vida humana, nem tão pouco estão pré-formadas no organismo ou são inatas", mas resultam de uma construção lenta e gradual, que supõe a existência de etapas ou estágios com características obrigatórias.

No primeiro estágio — o sensório-motor (0-2 anos) — a generalização das ações leva à constituição dos esquemas de assimilação. Há aí a "existência de uma inteligência essencialmente prática, anterior à linguagem, tendente não ao enunciado de verdades, mas sim à resolução favorável de problemas através da ação".

O segundo estágio é o pré-operatório (2 a 7 anos) e tem como característica principal a interiorização dos esquemas de ação construídos no estágio anterior. O tipo de inteligência, nessa fase, é pré-lógica ou intuitiva. Inicia-se, então, o desenvolvimento da linguagem e suas relações com o pensamento. Simultaneamente surge a função semiótica ou simbólica que é a "capacidade de poder representar alguma coisa ou significado através de um significante diferenciado e específico para essa representação".

O comportamento da criança continua pré-lógico e a intuição é usada como mecanismo de adaptação às novas situações. Começa aqui um período de preparação para o comportamento operatório ou lógico.

O estágio seguinte é o das operações concretas (dos 7 — 8 anos a 11 - 12 anos, aproximadamente). "As ações interiorizadas no período anterior tornam-se agora móveis e reversíveis e, coordenando-se em estruturas totais, transformam-se em operações". A noção de conservação de um todo independentemente da arrumação de suas partes caracteriza o aparecimento das operações no comportamento da criança. Além da conservação, a criança atinge também as operações de classificação operatória e de seriação sistemática.

Inicialmente as operações são concretas porque se baseiam diretamente nos objetos e não em formas verbais. Posteriormente, por volta dos 10-12 anos, pode-se constatar um outro estágio — o das operações proporcionais. Aí, a criança é capaz de manejar hipóteses e raciocinar sobre proposições verbais. Essa fase constitui o "arremate final das estruturas lógicas elementares". A medida que as novas estruturas operatórias dissociam-se de seus conteúdos, torna-se possível o raciocínio hipotético dedutivo ou formal. Esse período operacional formal (11 — 15 anos) caracteriza-se, portanto, por uma lógica das proposições, que supõe um conjunto de operações específicas denominado "combinatória" — que é uma forma de pensamento que consiste em combinar entre si objetos, idéias ou proposições, aumentando consideravelmente os poderes dedutivos da inteligência - e um sistema que coordena em um todo único as duas formas de reversibilidade — "o grupo INRC" — que representa as operações de identidade, inversão, correlação e reciprocidade.

No desenrolar desses estágios, dois processos são importantes: a assimilação e a acomodação — que são responsáveis pela interação fundamental entre o sujeito e o meio promovendo o equilíbrio através da conservação das estruturas, mas também produzindo modificações nas mesmas.

Com esse referencial teórico, e considerando que os raros estudos realizados no Brasil, nessa área, indicam que as crianças brasileiras atingem o estágio operatório concreto aos 8-9 anos de idade, isto é, dois anos depois de ingressarem na escola de 1º grau, a autora desenvolveu a presente pesquisa visando responder às seguintes indagações: "Do ponto de vista das provas piagetianas que são utilizadas para diagnosticar a presença de certas estruturas lógicas elementares (conservação, classificação e seriação) em que estágio de desenvolvimento se encontram as crianças de Campinas de 7 a 9 anos? Terão elas já atingido o estágio operatório -concreto ou apresentam um retardamento em relação às

idades padrões? Pode a construção das estruturas lógicas elementares ser acelerada através de uma estimulação adequada desenvolvida na escola?"

Considerando, ainda, que o ponto básico da teoria de Jean Piaget diz respeito ao fato de que o desenvolvimento intelectual é resultante de uma interação entre o sujeito e o meio foi definida como hipótese o seguinte: "As crianças de estágio pré-operatório (5 — 6 anos) submetidas a um processo de estimulação (Solicitação do Meio) atingem o estágio operatório—concreto na idade média em que chegam as crianças dos países mais adiantados, isto é, 6—7 anos".

Durante um período de um ano, que antecedeu a realização deste estudo, uma série de providências foram tomadas objetivando criar as condições necessárias para a efetivação do mesmo. Foram treinados os professores, preparado o material necessário e organizadas as classes experimentais. O estudo foi realizado em quatro escolas da cidade de Campinas e foram organizadas duas amostras (A e B) com crianças cujas idades variavam entre 4 anos e 7 meses a 8 anos e 11 meses.

As crianças do grupo experimental foram submetidas a um processo de "Solicitação do Meio"; isto é, foram colocadas em situações-problema de manipulação de um conjunto de objetos que, por sua natureza, possibilitavam o desenvolvimento das noções de conservação da substância, de classificação e de seriação operatórias.

Realizado o estudo, foi possível chegar à seguinte conclusão: "Os resultados experimentais comprovaram: a) que existe de fato um atraso no desenvolvimento mental de nossas crianças; b) que a falta de estimulação ambiental adequada é o fator fundamentalmente responsável por esse atraso; c) que esse atraso pode ser superado e uma das formas pelas quais isso pode ser feito é através do processo de "Solicitação do Meio".

A pesquisa permitiu constatar que, entre as crianças de 7 a 8 anos e 11 meses de idade submetidas às provas para diagnóstico do comportamento operatório, apenas 3,7% se encontravam no estágio operatório concreto, o que evidencia que, em nossas crianças, as estruturas elementares só se cristalizam mais tardiamente, em comparação com crianças de países mais adiantados.

Constatou-se, também, que uma das causas desse atraso é a falta de esti-

mulação ambiental adequada, pois, enquanto nenhuma das crianças do grupo de controle atingiu o estágio operatório concreto, 80,87% das crianças do grupo experimental, submetidas à variável independente Solicitação do Meio, atingiram o referido estágio. Este processo é, portanto, uma forma de se superar esse atraso, uma vez que, ao receber a estimulação adequada, a criança pode chegar a um estágio mais avançado nas idades cronológicas padrões. É importante ressaltar que a "Solicitação do Meio foi eficaz porque desencadeou o processo de equibração, através do qual se constroem as estruturas que possibilitam ao sujeito a conquista do conhecimento".

O presente estudo comprovou ainda, a viabilidade do método pedagógico utilizado, que possibilitou, através de uma estimulação adequada, o desenvolvimento intelectual de crianças de diferentes níveis sócio-econômicos.

Essas constatações conduzem à reflexão sobre a importância e o valor da ação educativa, oferecendo elementos para "julgar as verdadeiras dimensões de seus efeitos".

Durante a realização da pesquisa, a autora analisou, também, vários currículos do ensino pré-escolar e identificou uma diversidade de opiniões sobre seus objetivos: "alguns consideram que na pré-escola deve-se intensificar o desenvolvimento social da criança através de uma convivência orientada com seus companheiros; outros julgam ser esse o período adequado para a iniciação artística da criança; há aqueles para quem o ensino pré-escolar terá atingido seus objetivos se conseguir fazer com que a criança se adapte à escola e goste dela; muitos julgam que nesse nível de ensino deve-se, principalmente, procurar desenvolver as habilidades básicas necessárias para a aprendizagem da leitura e escrita.

Segundo a autora, esses objetivos se adaptam a crianças provenientes de meios mais privilegiados. Entretanto, se o meio natural em que a criança vive não lhe oferece a estimulação adequada, deve-se tentar superar na escola essa falta de estimulação, oferecendo à criança um ambiente enriquecedor que lhe estimule a curiosidade e a sua atividade espontânea, a partir da qual a inteligência se desenvolve.

"Para tanto, o educador deverá deixar de ser aquele que ensina (transmite o conhecimento), para se transformar naquele que cria as situações mais estimuladoras e adequadas para que a criança, por si mesma, descubra o conhecimento".

SILVA, Eurides Brito da. **A educação pré-escolar na perspectiva do Conselho Federal de Educação**. Brasília, CFE, 1981. 16p. mimeo.

O trabalho em pauta foi apresentado pela conselheira Eurides Brito da Silva, por ocasião das comemorações dos 209 aniversário do CFE, destacando a contribuição desse Órgão e seu posicionamento frente à educação pré-escolar, baseando-se nas principais questões suscitadas por pais, educadores e outros profissionais, tanto em seminários e conferências, como nas próprias escolas.

Estudos e pesquisas constataam que os cuidados dispensados à educação pré-escolar podem funcionar como meio de prevenir danos oriundos de carências nutricionais e afetivas, assim como o atendimento às necessidades básicas da criança devem ser alvo de métodos e programas dedicados a essa área da educação. "Desde o nascimento até à época de ingresso na vida escolar, toda criança sofre uma série de influências culturais, sociais e de aprendizagem que atuam sobre o seu desenvolvimento, dando-lhe um determinado nível de capacitação". Esta série de influências e de conhecimentos adquiridos é denominada, por Dutch, "currículo oculto", cuja intensidade determinará a prontidão da criança para a escolarização regular. O insucesso na escola, da maioria das crianças brasileiras, principalmente nas duas primeiras séries, está nos seus antecedentes e na programação escolar. Advém daí, a importância da pré-escola, que irá contribuir para a prevenção do retardo escolar e preparar a criança para o encontro com o "mundo da escolarização".

O CFE se preocupa com o desenvolvimento total da criança mas não determina a idade própria para o ingresso na pré-escola. Procura estimular os poderes públicos a traçarem linhas de um programa efetivo de atendimento às creches e jardins de infância adequado às necessidades das diversas fases da vida da criança (Parecer 2018/74). Em decorrência do Aviso Ministerial nº 288/81, foi realizado, em 1981, um Estudo Especial sob o título "Implantação de um Sistema Público de Educação Pré-Escolar", o qual mostra que, na maioria dos países, os programas de atendimento à pré-escola estão sob a orientação e responsabilidades dos órgãos de Saúde e Bem Estar Social. Somente a partir dos quatro anos de idade, esta responsabilidade fica a cargo de entidades educacionais, considerando que nos primeiros anos de vida a criança exige maiores cuidados no campo de saúde e nutrição.

Outra questão que vem sendo muito discutida é se a frequência ao pré-escolar seria pré-requisito indispensável para o êxito na escola de 19

grau. Este tema foi debatido na XIII Reunião Conjunta para os Conselheiros Estaduais. Os debatedores chegaram a conclusões referentes à influência direta do meio familiar (nutrição, nível cultural, social e econômico dos pais) na determinação do nível de capacitação e maneira de agir (passiva ou agressivamente) da criança.

Considerando ser esta criança proveniente de um meio familiar de condições precárias, seria aconselhável, na medida do possível, o seu ingresso na pré-escola. Ainda pensando no freqüente despreparo dos pais para assumirem o seu papel de educadores, o CFE defende a idéia da programação simultânea da educação de pais e filhos, por ser imprescindível a participação dos pais em qualquer projeto ou campanha de proteção à infância.

Para a questão da alfabetização ser ou não ser objetivo da pré-escola, o Estudo Especial, elaborado em 1981, argumenta que "a primeira exigência de um programa de educação pré-escolar será o oferecimento de situações de vida, ricas em opções, em que as crianças possam atuar sobre os objetos de forma a transformá-los, manipulá-los, entendê-los e recriá-los". A criança não deve ser tratada como "aluno", obrigada a obedecer um currículo explícito e predeterminado, mesmo porque, nessa faixa etária, ela não tem amadurecimento nem físico, nem mental — necessário à alfabetização.

Quanto à eventualidade de se transformar a programação da educação pré-escolar em ensino pré-escolar, o CFE, no Parecer 792/80, distingue o grupo de crianças com menos de 7 anos de idade, as quais devem receber atendimento compensatório, que, "além de integrar educação, nutrição e saúde e de prover a família, estrutura o currículo de modo a corrigir os elementos de defasagem que obstaculizam o pleno aproveitamento dos estudos no 1º grau".

Em que situações a educação pré-escolar pode ser considerada como integrante de programas de educação compensatória? Várias interpretações legais são dadas em relação à antecipação da escolarização como meio de compensar a criança marginalizada, social e culturalmente, privada de oportunidades que enriqueçam o seu "currículo oculto". Três situações de antecipação da escolaridade de 1º grau são apresentadas no Parecer 782/80: 1) — Atendimento compensatório às crianças carentes de cerca de 5 a 6 anos de idade, de modo a assegurar aos sete anos melhores condições de prontidão para a aprendizagem da leitura, da escrita e da iniciação à matemática, tendo continuidade no primeiro

grau de acordo com as suas necessidades reais. 2) - Projetos especiais no jardim de infância. 3) — Antecipação com caráter compensatório para os alunos talentosos.

Uma outra preocupação dos pais e educadores refere-se a recursos humanos devidamente preparados e habilitados para trabalhar com crianças na fase pré-escolar, para a qual o CFE responde através do Parecer 349/72 (trata da habilitação específica para o magistério em nível de 2º grau), do Parecer 53/80 (habilitação a nível superior) e do Estudo Especial/81. Considerando que esta área da educação não pode depender exclusivamente de pessoal habilitado, mesmo porque, não há tempo de preparar professores a curto prazo para um atendimento em massa, o CFE procura estimular as experiências de atendimento comunitário, com o aproveitamento dos espaços físicos existentes e envolvimento de elementos da comunidade, principalmente, das mães e estudantes, sob a orientação de profissionais devidamente habilitados.

Quanto às fontes de recursos financeiros, o CFE apresenta algumas soluções, como por exemplo, "estender o conceito de ensino de 1º grau para esta fase de prontidão para a aprendizagem" e fixar novas fontes

de recursos para o financiamento do ensino. De acordo com o Parecer 792/80 é legítima a aplicação de recursos destinados ao 1º grau, em se tratando de programas de educação compensatória.

Algumas sugestões foram dadas ao MEC, pelo CFE, referentes aos princípios que deveriam ser observados na elaboração da Política Nacional para o Pré-Escolar, tais como:

- prioridade no atendimento de crianças de 4 a 6 anos de idade;
- diversificação nas metodologias, adequando-as às peculiaridades do meio, valores e cultura de cada comunidade;
- a nível de assistência técnica, a divulgação, com o objetivo de intercâmbio, das experiências desenvolvidas.

Considerando as ações políticas do MEC, no campo da educação pré-escolar, é pertinente afirmar que este Órgão está de acordo com o pensamento da comunidade pedagógica, que aceita o princípio de que "a educação das crianças em idade pré-escolar é uma pré-condição essencial para qualquer política educacional e cultural".